



escola de gestores
da educação básica

**UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FAE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA DA ESCOLA
MUNICIPAL ANTÔNIO FERNAL**

LANUSSE CLÉRIA SANTOS

BELO HORIZONTE, 2011

**UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FAE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA DA ESCOLA MUNICIPAL
ANTÔNIO FERNAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola da Gestores, vinculada à Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientação: Professor Renato Lopes dos Santos

BELO HORIZONTE, 2011

**UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FAE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA DA ESCOLA
MUNICIPAL ANTÔNIO FERNAL**

LANUSSE CLÉRIA SANTOS

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso apresentado e aprovado por Banca Examinadora em de janeiro de 2011, conferindo à autora, o título de Especialista em Gestão Escolar

Banca examinadora:

**Professor Renato Lopes dos Santos
(Orientador)**

Belo Horizonte, de janeiro de 2011

Dedico este trabalho à minha família, razão de minha vida e de minha busca constante. Aos funcionários, pais e alunos da Escola Municipal Cristo Redentor, pela dedicação e comprometimento com a Educação.

Agradeço aos meus filhos, Maria Luisa e Arthur Henrique e ao meu esposo Alenilton, pelo apoio e compreensão. Aos professores Renato Lopes e Marly Olívia, pelas orientações pertinentes e pelo carinho. Com certeza foram essenciais para a conclusão e o êxito deste trabalho.

A gestão democrática exige a compreensão em profundidade dos problemas postos pela prática pedagógica. Ela visa romper com a separação entre concepção e execução, entre o pensar e o fazer, entre a teoria e a prática. Busca resgatar o controle do processo e do produto do trabalho pelos educadores.

Ilma Veiga

RESUMO

Este trabalho aborda conceitos e práticas sobre o planejamento participativo da Gestão Escolar, tendo por base o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Escola Municipal Antônio Fernal, situada no Distrito de Morro do Ferro, Município de Oliveira – MG. A aplicação da prática de Gestão Democrática e Participativa na referida escola torna-se importante, pois através da mesma os sujeitos envolvidos podem participar ativamente da vida da comunidade na qual a Escola está inserida, desenvolvendo trabalhos que possibilitem suprir as necessidades e anseios de todos envolvidos neste processo.

Palavras-chave: Gestão Democrática. Participação. Autonomia.

SUMÁRIO

Introdução.....	08
Gestão Democrática e Participativa da Escola.....	09
A Autonomia da Gestão Democrática.....	12
Considerações Finais.....	14
Referências Bibliográficas.....	16
Anexo Projeto Pedagógico.....	17

INTRODUÇÃO

Buscando uma educação de qualidade que viabilize a superação de desafios e que aumente a auto-estima e a confiança dos alunos a Escola Municipal Antônio Fernal tem se preocupado em efetivar uma gestão democrática e participativa.

Segundo Cury (2002, p.165) “gestão” provém do verbo latino “gero”, “gerere” e tem o significado de executar, exercer, gerar, gestar, o que implica uma ação do sujeito na construção de algo novo. Fazer nascer o novo. Assim, entende-se que a Escola acima citada, de acordo com seu Projeto Político-Pedagógico (PPP) está no caminho certo, visando uma educação cujo objetivo é valorizar a busca por uma sociedade mais justa e igualitária, além de fortalecer a democracia e a participação no processo pedagógico. Tal como diz Cury (2002, p.165), “a gestão é, em si mesma, democrática já que se traduz pela comunicação, pelo envolvimento coletivo e pelo diálogo”. Com base nesse pensamento a escola tem a oportunidade de transformar-se num ambiente onde os diversos pontos de vista, articulação de idéias, diálogos e debates possam ser analisados e discutidos, tornando-se um lugar aberto, onde todos possam se expressar livremente e são considerados sujeitos ativos na tomada de decisões.

O presente trabalho tem por finalidade discutir a importância da Gestão Democrática e Participativa da Escola Municipal Antônio Fernal e como esta influencia diretamente a vida de toda a comunidade escolar. Sabe-se que há muitos desafios e conflitos na implementação da gestão em uma escola, pois este é um processo no qual necessita envolver muitas pessoas, portanto, somente com a conscientização de todos a Escola obterá êxito em seus objetivos.

Assim, com a participação da comunidade escolar as responsabilidades passam a ser repartidas com a equipe gestora e todos passam a ser co-responsáveis nos processos político-educacionais.

GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA DA ESCOLA

O Processo de Gestão da escola deve estar fundamentado no seu projeto político pedagógico. O processo democrático vive da ação coletiva, e, como tal, implica participação da comunidade escolar no processo de discussão e de definição de suas políticas e projetos educacionais.

Ignez Pinto Navarro

Com base no pensamento acima, entende-se que a Gestão Democrática é uma prática político-pedagógica, na qual o gestor estabelece uma relação de trabalho com os demais envolvidos no processo escolar utilizando ações transparentes e colegiadas, delegando poderes, fazendo com que o respeito seja mútuo em todos os segmentos da escola.

Nesse sentido, torna-se fundamental que a sociedade tome consciência de seu papel, participando ativamente de conselhos, colegiados ou grupos sociais que se envolvam direta ou indiretamente no processo educativo, contribuindo para a tomada de decisões, pois a escola não é isolada, ela faz parte do meio social.

Segundo Demo (1998), a participação não é algo natural e, sim um processo de conquista, aprendizado e, sobretudo, de disputa com o poder dominante. Sendo assim, a participação torna-se de certo modo outra forma de poder. Este por sua vez tende a ser justo igualitário e coletivo e não autoritário e individual.

Tomando por base os princípios da Gestão Democrática, podemos afirmar que o PPP da Escola Municipal Antônio Fernal foi elaborado de forma coletiva, pois o mesmo contou com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar o que o caracteriza como democrático. Conforme nos afirma Oliveira, Moraes e Dourado (2010), para que a tomada de decisão seja partilhada e coletiva é necessário um processo de escolha do dirigente escolar, criação dos colegiados e construção do PPP. Vale salientar que todos estes requisitos foram observados e cumpridos pela escola em questão e pela Secretaria Municipal de Educação de Oliveira (SME), no que tange o processo de escolha de diretores. O mesmo é feito após prova escrita objetiva e eleição dentro da comunidade escolar. O Gestor Escolar passa por todo o processo e somente ao ser aprovado em concurso e eleito poderá usufruir de seu cargo.

A Escola Municipal Antônio Fernal conta com um Colegiado Escolar composto por representantes de todos os segmentos da escola, pais e alunos. Os mesmos são escolhidos através de eleição direta em assembléia por seus pares, na própria escola. O Colegiado Escolar tem a função de atuar em assuntos de cunho pedagógico e algumas vezes auxilia o Conselho Escolar em decisões administrativas ou financeiras. Este, também é formado por representantes de toda a comunidade escolar e possui natureza deliberativa, consultiva e fiscalizadora, tendo a função de elaborar, aprovar e acompanhar a elaboração e atuação do PPP, além de definir e aprovar a aplicação de recursos financeiros da escola.

É necessário salientar que o PPP da Escola Municipal Antônio Fernal deixa claro que a decisão e utilização dos recursos financeiros devem ser de caráter coletivo. O Gestor deve compartilhar com todo o grupo as necessidades da escola priorizando a aquisição do que é indispensável para o sucesso escolar. A prestação de contas é feita de forma clara e objetiva, em três vias, sendo para a comunidade escolar, a Secretaria Municipal de Educação e os Órgãos Governamentais cabíveis.

A Escola em questão assegura aos professores, funcionários e comunidade escolar o direito de participar das decisões através de dialogo direto, reuniões, assembléias, eleições e troca de experiências, valorizando a opinião e a participação de todos.

Vale destacar que essas ações fazem parte de uma gestão democrática e participativa uma vez que a Gestão Democrática exige a participação da comunidade nas ações desenvolvidas pela escola. Envolver a comunidade local e escolar é tarefa difícil, pois envolve interesses variados. Portanto, cabe aos gestores mediar o processo de maneira a envolver todos na tomada de decisões. Considera-se salutar que haja idéias divergentes nesse processo, pois é através da discussão e do diálogo que se estrutura a Gestão Democrática.

Para que esta Gestão se concretize de fato, não basta somente abrir os portões da escola. É necessário antes de tudo abrir as mentes envolvidas no processo educativo. Todos devem ter consciência de saber falar e ouvir em momento oportuno, aceitar opiniões e partilhar decisões, pois uma Gestão Democrática exige planejamento de metas e ações que deverão ser observadas para o bem comum. Estas vão desde a elaboração de um PPP condizente com a nova situação escolar, a criação e atuação do Colegiado e Conselho Escolar, os mecanismos de Planejamento Curricular, Conselhos de classe, enturmação de

alunos, avaliação de desempenho de educadores e profissionais da educação e eleição direta para diretor, buscando uma educação de qualidade. Esta por sua vez deve promover uma aprendizagem significativa colocando o aluno como sujeito principal do processo de ensino-aprendizagem, pois entende-se como educação de qualidade

Aquela que contribui para a formação dos estudantes nos aspectos culturais, antropológicos, econômicos e políticos, para o desempenho de seu papel de cidadão no mundo, tornando-se assim, uma qualidade referenciada no social. Neste sentido, o ensino de qualidade está intimamente ligado à transformação da realidade. (NAVARRO, 2006, p.22).

Sendo assim, a educação escolar é compreendida pela transformação social, transformação esta que torna-se visível em todo o ambiente onde é priorizada a Gestão Democrática e Participativa. Neste sentido, a Escola Municipal Antônio Fernal visa uma educação que supere desafios, promova a auto-estima e a confiança dos alunos e, acima tudo, tenha o discernimento de agir em situações de conflitos.

A AUTONOMIA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA MUNICIPAL ANTÔNIO FERNAL

Ao discutir autonomia dentro das escolas públicas, percebe-se que apesar dos discursos há muito ainda a se conquistar. Segundo Neves (1995, p.113) “a autonomia é a possibilidade e a capacidade de a escola elaborar e implementar um Projeto Político-Pedagógico que seja relevante à comunidade e à sociedade a que serve.” Com base nesse pensamento a Escola Municipal Antônio Fernal ao elaborar seu PPP procurou atender suas especificidades, visando seu melhor aproveitamento e conseqüentemente melhor desempenho por parte de seus alunos e professores.

No que tange a sua organização curricular, a escola possui um diferencial, pois ao se tratar de uma escola situada na zona rural do município de Oliveira–MG, o Projeto Político-Pedagógico da mesma procura valorizar o homem do campo buscando parcerias e realizando projetos que oportunizem os seus alunos a opção de manterem-se fiéis as suas raízes. A Escola preocupa-se ainda em criar um ambiente propício a novas experiências educativas, valorizando a cultura local, usufruindo assim de sua autonomia pedagógica, pois esta,

Consiste na liberdade de propor modalidades de ensino e pesquisa. Está estreitamente ligada à identidade, à função social, à clientela, à organização curricular, à avaliação, bem como aos resultados e, portanto, à essência do projeto pedagógico da escola. (VEIGA, 1998, p.16-19)

Nesse sentido a escola em questão ainda organiza seu calendário escolar procurando adequá-lo às suas próprias necessidades. O mesmo respeita a legislação vigente cumprindo a carga horária de oitocentas horas, distribuídas em duzentos dias letivos, porém diferencia-se dos demais calendário da rede pública municipal, pois como foi dito anteriormente a Escola situa-se no Distrito de Morro do Ferro, município de Oliveira. Este tendo como Padroeiro São João Batista, promove na semana do dia vinte e quatro de junho festividades culturais e religiosas, motivo pelo qual ficam as aulas suspensas, uma vez que a baixa freqüência compromete a qualidade da aprendizagem. Esses dias são repostos em data posterior já prevista no calendário escolar. Vale ressaltar ainda que a escola conta com a participação coletiva da comunidade local na elaboração desse calendário pois o mesmo visa o interesse de todos.

A Escola Municipal Antônio Fernal ainda no uso de sua autonomia pedagógica realiza seu trabalho visando à aprendizagem significativa dos alunos, para isso a mesma utiliza o sistema de monitoria, onde o professor eventual, vice-diretora e alunos do quinto ano que apresentam bom desempenho prestam monitoria aos alunos com defasagem de aprendizagem, com base no pensamento que,

o envolvimento de todos os que fazem parte, direta ou indiretamente, do processo educacioanal no estabelecimento de objetivos, na solução de problemas, na tomada de decisões, na proposição, implementação, monitoramento e avaliação de planos de ação, visando os melhores resultados do processo educacional, é imprescindível para o sucesso da gestão escolar participativa. (LUCK, 2002, p.)

Sendo assim, a escola se mobiliza para sanar as dificuldades na aprendizagem através da participação e colaboração de todos. Pois o sucesso escolar não depende de um só, o mesmo só pode ser alcançado através da conscientização e cooperação de todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos dias atuais, a escola além do compromisso com um ensino de qualidade, tem também o compromisso com a formação do cidadão, contribuindo para que o mesmo se comporte de maneira crítica e criativa sendo, portanto capaz de buscar soluções para seus problemas e ainda capaz de intervir de maneira positiva transformando a realidade da qual faz parte.

Pode-se perceber que a Escola Municipal Antônio Fernal, de acordo com seu PPP, prioriza uma educação de qualidade. Através de uma Gestão Democrática a mesma descentraliza as ações e delega poderes e responsabilidades. Neste sentido, toda a comunidade escolar reconhece e organiza os colegiados participando de maneira ativa das decisões, pois estas afetarão não somente a comunidade escolar, como toda a sociedade na qual a escola está inserida. Assim, é necessário que todos os envolvidos no processo educacional compreendam sua importância dentro do ambiente escolar, pois não há democracia sem organização. Para que a Gestão seja de fato democrática, o líder apesar de delegar poderes não pode se ausentar do seu papel de condutor deste imenso navio, pois o leme é de sua inteira responsabilidade.

Ao analisar o PPP da Escola Municipal Antônio Fernal, nota-se que a mesma preocupa-se com a formação global do educando em seus aspectos intelectual, moral e emocional, procurando trabalhar as diferenças, respeitando a individualidade do sujeito e contribuindo para a formação do mesmo de maneira crítica e criativa, preparando-o para o pleno exercício da cidadania.

Nesta escola, o Gestor assume o papel de mediador do processo de tomada de decisões garantindo o exercício da liberdade de expressão visando o crescimento do grupo e a participação de todos.

A escola deve ainda preocupar-se com a formação moral do indivíduo, preparando o mesmo para uma vida centrada no respeito ao próximo, baseando suas ações nos valores morais. É importante que a escola aprenda a trabalhar com as diferenças, respeitando a individualidade de cada um.

Conclui-se, portanto, que a Gestão Democrática e Participativa é fator essencial para a qualidade social da educação, pois é através da mesma que serão

formados os indivíduos críticos e criativos capazes de serem sujeitos ativos na construção de sua própria história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Gestão Democrática da Educação: exigências e desafios**. In: Revista Brasileira de Política e Administração da Educação. São Bernardo do Campo. Vol. 18, n.2, p.164-174, julho/dezembro, 2002.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F.; SANTOS, C. A. Brasil: MEC/INEP. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. Disponível em: file:///D:/8-biblioteca/pdf/qualidade_da_educacao.pdf. Acesso em: 28/12/2010.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão escolar: teoria e prática**. 5.ed. Goiânia:Editora Alternativa, 2004.

NAVARRO, I. P. **O Sentido de qualidade na educação**. Disponível em: file:///D:/8-biblioteca/pdf/ava_c_texto2.pdf. Acesso em: 29/12/2010.

NETO, A. C; ALMEIDA, M. D de. ESCOLA DE GESTORES – MEC. **Educação e gestão descentralizada: conselho diretor, caixa escolar, projeto político pedagógico**. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/UFMG>. Acesso em: 28/12/2010.

NEVES, Carmem Moreira de Castro. Autonomia da escola pública: um enfoque operacional. In VEIGA, Ilma Passos A. **O projeto político pedagógico e a organização do trabalho da escola**. Campinas. Papyrus, 1995.

OLIVEIRA, J. de; MORAES, K. N de; DOURADO, L. F. **Gestão escolar democrática: definições, princípios e mecanismos de implementação**. Disponível em: <escoladegestores.mec.gov.br/site/4...gestão_escolar/...texto2_1.pdf>. Acesso em: 19/06/2010.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Escola Municipal Antônio Fernal. Oliveira, MG, 2010, 30 p.

VEIGA, Ilma P. A. **Projeto político pedagógico: uma construção possível**. 3. ed. Campinas: Papyrus, 1997.

VEIGA, Ilma P. A. **Gestão escolar democrática: definições, princípios, mecanismos de sua implementação**. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/UFMG>. Acesso em: 02/01/2011.

ANEXO: Projeto Político-Pedagógico



ESCOLA MUNICIPAL ANTÔNIO FERNAL

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: construção da escola de qualidade

**LANUSSE CLÉRIA DOS SANTOS
LILIAN ESTEFÂNIA SILVA SILVEIRA
MARY APARECIDA LARA DE PAULA
SIRLENE SILVEIRA TAVARES CUNHA**

BELO HORIZONTE, 2010

ESCOLA MUNICIPAL ANTÔNIO FERNAL

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: construção da escola de qualidade

Trabalho acadêmico apresentado à disciplina PV – Projeto Vivencial, como requisito necessário para a conclusão do curso de Pós-Graduação em Gestão Escolar da UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais sobre a elaboração do PPP – Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal Antônio Fernal..

Orientação: Marly Olívia Ribeiro e Silva.

BELO HORIZONTE, 2010
SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	03
FINALIDADES DA ESCOLA.....	07
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	09
CURRÍCULO.....	13
TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES.....	15
PROCESSOS DE DECISÃO.....	17
RELAÇÕES DE TRABALHO.....	19
AVALIAÇÃO.....	22
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	26
ANEXOS.....	29

INTRODUÇÃO

As mudanças que ocorrem com certa rapidez tanto no campo educacional, quanto no campo tecnológico, nos revela um quadro de múltiplos desafios. Estamos inseridos num novo modelo de sociedade, onde vivenciamos crises, guerras, terrorismo e violência que assolam a humanidade. É pela vivência da cidadania e respeito ao outro que tomamos a consciência do nosso papel e é neste contexto, que devemos lutar por nossos ideais na busca de uma sociedade mais justa e solidária.

Diante da sociedade e dos indivíduos que estão sob os nossos cuidados e pensando na responsabilidade que temos é que elaboramos nossa proposta de ação educativa, o PPP – Projeto Político-Pedagógico. A intenção é formar agentes de transformação, visando o bem estar da comunidade a qual estamos inseridos e toda sociedade. A construção de uma proposta pedagógica para os alunos atendidos na Escola Municipal Antônio Fernal é necessária e a responsabilidade é a comunhão com a missão de educar para a vida.

A construção do Projeto Político-Pedagógico se dá num cenário de intensas transformações na sociedade contemporânea, em que é necessário retomar o sentido do trabalho escolar, bem como o papel das escolas e dos professores na construção de uma educação de qualidade social considerando as necessidades dos atuais usuários da escola Pública. (OLIVEIRA, p. 2010)

Os profissionais da Escola Municipal Antônio Fernal e toda a comunidade escolar participaram efetivamente da elaboração do PPP. Este documento vem de encontro à visão de uma educação democrática, que devido à sua importância está diretamente relacionada às melhorias das condições da população. A participação no mesmo é democrática onde se torna possível a capacidade de opinar, aprender, imaginar, participar, enfim de fazer progredir as conquistas e relações sociais no contexto educacional.

A Escola Municipal Antônio Fernal, pertence ao sistema de Ensino Municipal, funciona em prédio próprio, está localizada junto ao povoado de Cachoeira de Jacaré, Zona Rural, BR 494, situada a 17 km de Morro do Ferro, distrito de Oliveira/MG. É autorizada pela portaria 05/80-MG 10/10/1980, Lei nº 887, de 26 de

maio de 1969. Os telefones de contato são: (37) 9902 8570 ou (37) 9943 1344; email: emantoniofernal@yahoo.com.br e site: <http://site.google.com/site/escolamunicupalantoniofernal/home>.

Possui atualmente cento e vinte e cinco alunos matriculados, sendo cinquenta na Educação Infantil e setenta e cinco no Ensino Fundamental. Para atender os alunos, esta instituição conta com dezesseis profissionais, sendo uma diretora, uma vice-diretora, seis professoras, uma secretária, uma eventual, um professor de Educação Física e cinco auxiliares de serviços gerais. A Escola atende crianças alegres, que gostam de brincar, cantar e freqüentar a escola.

A comunidade é de nível sócio econômico baixo, a maioria com problemas familiares diversos, salários baixos e pouca qualificação para o trabalho. Não possuem salários fixos, as mães são domésticas e algumas trabalham também nas lavouras de café. As casas são pequenas, sem acabamento e sem conforto. A maioria ainda usa fossa, ou seja, não possui rede de esgoto e tratamento de água adequados (utilizam água da lagoa ou poço). Todas as casas foram beneficiadas com o Programa Luz para Todos e por isso têm energia elétrica.

De modo geral, as famílias são desestruturadas. Os pais ou responsáveis são comunicados através de bilhetes sobre as reuniões e assuntos que dizem respeito ao aluno na escola, mas não conseguem impor limites, não exigem muito dos filhos e isso dificulta todo trabalho. São crianças que precisam de ajuda, de carinho, afeto e diálogo, principalmente na família.

Quanto à instrução dos pais e/ou responsáveis, 2% são analfabetos. Participam das reuniões, mas não conseguem dar o suporte necessário nas atividades de casa. Algumas famílias não valorizam a escola, acham que já está bom e passam isso para as crianças deixando-as desmotivadas. Às vezes falta-lhes o sonho, o desejo de aprender e por isso a escola valoriza projetos que trabalham com os valores, autonomia e auto-estima.

A evasão escolar é inexistente, mas alguns alunos têm dificuldade de aprendizagem (comprometimento neurológico) e são assistidos pela própria escola com recuperação, extra classe e sistema de monitoria, realizado pela vice-diretora, juntamente com a professora regente em sala de aula. São atendidos pelo CAEI - Centro de Atendimento a Educação Inclusiva em Oliveira com atendimentos psicopedagógicos, psicológicos, fonoaudiológicos e/ou oficinas de arte, dança, capoeira, etc.

O Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal “Antônio Fernal” foi reestruturado pelo grupo juntamente com a comunidade, apesar das dificuldades nos encontros. Fundamenta-se na gestão democrática uma vez que discute, delibera, planeja, soluciona problemas, encaminha, acompanha, controla e avalia o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola. Sustenta-se no diálogo, na alteridade na observância das normas legais, conta com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar, de todos os sujeitos do processo ensino aprendizagem.

A assembléia escolar congrega toda comunidade e tem também o colegiado, que reúne quando necessário por iniciativa da diretora ou de qualquer outro membro da comunidade escolar. O conselho escolar precisa de melhor atuação, mas existe a dificuldade de reunir todos os seus membros, porque os pais trabalham e quando são solicitados na escola, ainda encontram dificuldades com o transporte. Muitas vezes precisam utilizar o transporte escolar que tem horários incompatíveis.

As comunidades rurais da cidade de Oliveira/MG possuem poucos recursos de lazer e de acordo com Azevedo (2010), ainda que essa realidade demonstre que há inúmeros problemas a superar para que a população usufrua de uma educação de qualidade, mudanças precisam ser vislumbradas nos processos políticos no sentido da participação. A escola busca sempre parceria com empresários e/ou pessoas da própria comunidade para desenvolver os seus projetos. Hoje conta com o apoio da Kaney (loja de calçados cujo proprietário se chama Kaney) e do IMA – Instituto Mineiro de Agropecuária, com projetos adequados à Zona Rural.

Algumas comunidades contam com o Programa de Saúde da Família Rural, mas são atendidas em Oliveira ou Morro do Ferro. As linhas de ônibus que dão acesso a essas cidades precisam de melhoria e as estradas rurais que dão acesso à Escola estão em condições precárias, em alguns casos, como na época de chuva, as crianças não têm acesso ao transporte escolar.

Enfim, aqui inicia o PPP – Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Antônio Fernal e essa caminhada, é alicerçada na certeza que esse documento não representa a receita pronta para a educação de qualidade e sim, o espaço da democracia, do diálogo, das perspectivas, dos erros e acertos e acima de tudo, da busca por uma educação que contribua para a melhoria da comunidade e de cada ser humano, enquanto ser de possibilidades e de necessidades.

O Projeto Político Pedagógico, ao se colocar como espaço de construção coletiva, direciona sua constituição para consolidar a vontade de acertar, no sentido de educar bem e de cumprir o seu papel na socialização do conhecimento. Assim, o Projeto Político-Pedagógico deve expressar qual é o cerne, o eixo e a finalidade da produção do trabalho escolar. (OLIVEIRA, 2010, s/p.)

A sua implementação faz-se necessária nesta escola, pois ele representa o caminho, aponta a direção, a definição de rumos, o que a escola busca para si e para quem se agrega em seu entorno. Este projeto está intimamente articulado ao compromisso e aos interesses reais da população.

FINALIDADES DA ESCOLA

“Investir na criança de hoje é ter certeza de melhores dias no futuro de nosso país.”

MONTEIRO LOBATO

A principal finalidade de uma escola é educar, com dinamismo, criatividade e valorização das potencialidades do educando, visando uma educação de qualidade. De acordo com Kaloustian (2005 p. 5), “não existe um padrão ou uma receita única para a escola de qualidade. Qualidade é um conceito dinâmico, reconstruído constantemente. Cada escola tem autonomia para refletir, propor e agir na busca da qualidade da Educação”.

A Escola Municipal Antônio Fernal em sua proposta política e pedagógica considera a criança como centro do planejamento curricular. Sujeito que constrói sua identidade pessoal e coletiva, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade produzindo cultura. Ao elaborar o seu Projeto Político-Pedagógico, busca destacar a principal finalidade da escola que é educar para a vida, reforçando seu papel social e possibilitando às crianças o sucesso educacional.

Esta escola tem como filosofia de trabalho o compromisso com a formação de um sujeito crítico e criativo, que busca exercer seu papel de sujeito ativo na sociedade. Mas o compromisso com o educando não se restringe somente aos conteúdos curriculares, é preciso que se construa uma visão clara de mundo e de sociedade. Espera-se assim que o aluno seja capaz de adquirir e construir conhecimentos que o faça expressar-se claramente, utilizando a linguagem como meio de ampliação e expressão de seu pensamento; utilizar padrões de comportamento para viver e atuar em grupos na sociedade; resolver problemas do dia-a-dia, ampliar e produzir novos conhecimentos, a desenvolver-se como sujeito de direitos e deveres.

A equipe da Escola Municipal Antônio Fernal, assim como Kaloustian, acredita que:

No ambiente educativo, o respeito, a alegria, a amizade e a solidariedade, a disciplina, a negociação, o combate à discriminação e o exercício dos direitos e deveres são práticas que garantem a socialização e a convivência, desenvolvem e fortalecem a noção de cidadania e de igualdade entre todos. (KALOUSTIAN, 2005, p. 21)

Enfim, a Escola Municipal Antônio Fernal busca educar para a vida, por isso procura atender o aluno a partir de sua realidade e os profissionais buscam sempre renovar as suas metodologias. Valoriza-se assim, a construção do conhecimento pelos alunos com vistas à mudança, através de educadores bem preparados e com domínio sobre a práxis, ou seja, a teoria e a prática pedagógica. Suas ações são sempre pautadas na concepção democrático-participativa e tem como objetivo, além de ensinar matérias curriculares, formar seres politizados e conscientes de seu papel na sociedade.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Toda escola, para se organizar, se estrutura principalmente de duas maneiras: administrativa e pedagógica. Os principais elementos da estrutura administrativa são os recursos humanos, físicos e financeiros; a arquitetura do prédio, os equipamentos, materiais didáticos, mobiliário, etc.. Os elementos pedagógicos se referem às questões de ensino-aprendizagem, às interações políticas e às de currículo.

A Escola conta com o trabalho de uma diretora, vice-diretora, uma secretária, uma eventual, seis professoras, duas auxiliares de serviços gerais, três cantineiras e um professor de Educação Física. Sendo assim dividida: classes multisseriadas: Educação Infantil 04 e 05 anos com um total de dezoito alunos; 1º e 2º Anos com um total de vinte e quatro alunos; 3º Ano com um total de dezenove alunos; 4º e 5º Anos com um total de trinta e dois alunos e duas classes anexas de Educação Infantil, cinco anos, que funciona em salas cedidas pela Escola Estadual São João Batista em Morro do Ferro, uma classe com quatorze alunos e outra com dezoito alunos, perfazendo um total de cento e vinte e cinco alunos.

Conforme Kaloustian, os espaços físicos precisam, necessariamente, apresentar uma certa organização:

Ambientes físicos escolares de qualidade são espaços educativos organizados, limpos, arejados, agradáveis, cuidados, com flores e árvores, móveis, equipamentos e materiais didáticos adequados à realidade da escola, com recursos que permitam a prestação de serviços de qualidade aos alunos, aos pais e à comunidade, além de boas condições de trabalho aos professores, diretores e funcionários em geral. (KALOUSTIAN, 2005, P.51)

A Escola Municipal Antônio Fernal possui ambiente propício ao ensino e aprendizagem. Suas estruturas administrativas e pedagógicas são adequadas ao atendimento aos alunos e conseqüentemente, um local agradável tanto para os alunos quanto para os funcionários. Constitui-se de quatro salas de aula com mobiliário adequado à Educação Infantil e Ensino Fundamental, um almoxarifado de fácil acesso aos profissionais, possui banheiro feminino e masculino para uso dos

professores, um banheiro masculino e outro feminino com dois compartimentos para os alunos.

Possui refeitório coberto, com mesas e bancos, cozinha organizada e despensa para armazenagem de alimentos, atendendo assim os requisitos exigidos pela Vigilância Sanitária. Conta ainda com uma sala para diretoria, sala para secretaria e salas de reuniões para desenvolvimento coletivo de atividades, além de uma biblioteca com um acervo atualizado e em boas condições de uso, diversos autores que possibilitam a expressão da imaginação pelas crianças que levam para a casa para o desenvolvimento de leituras complementares. Este espaço foi ampliado recentemente para oferecer ao usuário maior conforto e prazer de ler e ao lado, sob a copa de uma árvore, foi criado o cantinho de histórias.

Houve uma reforma do prédio em 2009 para oferecer aos alunos e à comunidade escolar maior conforto e melhores recursos como o laboratório de informática, que facilita a aprendizagem, amplia os conhecimentos dos alunos que podem contar com a tecnologia para interagir com o mundo globalizado.

Os pais e colaboradores têm acesso à instituição e a situação regular de seus filhos, através da secretaria, considerada por isso, uma das principais partes da escola. Este ambiente possui mesas e cadeiras, além de um profissional bem preparado para atender às necessidades da escola e da comunidade local. Quanto ao funcionamento, a escola é beneficiada pelo Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE e realiza também as promoções que envolvem toda comunidade escolar. O Conselho é responsável pela prestação de contas e aplicação dos recursos.

As práticas eficientes dos serviços de apoio, recursos físicos e financeiros como registros escolares, uso adequado das instalações e equipamentos, preservação do patrimônio escolar, interação escola/comunidade e capacitação de recursos humanos representam indicadores de qualidade da/na Escola Municipal Antônio Fernal.

Esta escola adota o regime de progressão continuada, sem prejuízo da avaliação do processo de ensino-aprendizagem, seguindo as normas do respectivo sistema de ensino. Busca constantemente desenvolver projetos para proporcionar e assegurar a aprendizagem de forma a garantir a inovação pedagógica, a política de inclusão, o planejamento e a organização do espaço escolar e do tempo escolar, para garantir também o sucesso do aluno.

O Ensino Fundamental é dividido em dois ciclos: CIA - Ciclo Inicial de Alfabetização – 3 anos e CCA - Ciclo Completo de Alfabetização – 2 anos. A Educação Infantil atende crianças de quatro e cinco anos em uma turma multisseriada. A professora sempre atenta à maturidade da criança para que a mesma possa vencer as etapas. Há uma adequação idade-série e por isso o baixo índice de retenção, evasão e transferências.

A escola realiza ações educativas a partir das necessidades dos alunos e da comunidade, por isso o trabalho por projetos é visto como uma opção, como uma maneira de repensar a escola em suas várias dimensões. Esse trabalho considera o aluno como sujeito que aprende de várias formas e por isso, o professor utiliza metodologias variadas, técnicas diversificadas e todos os espaços e tempos da escola são organizados e utilizados para adquirir tais conhecimentos e habilidades.

Os projetos são direcionados à faixa etária dos alunos e aos níveis e modalidades de ensino, alguns, de maior dimensão, se aplicam a toda escola sempre voltados ao desenvolvimento do currículo escolar. Os projetos que mais se destacam na escola são: Somos Iguais nas Diferenças, da turma do 3º ano, que trabalha as características físicas e as diferenças entre os indivíduos, assim cada um aprende a respeitar e valorizar o outro como ele é e Sanitaristas Mirins, da turma multisseriada do 4º e 5º ano, que estudam o lugar onde vivem. Assim percebem a importância de viver no campo, os cuidados com as vacinações dos animais, como utilizar e descartar as vasilhas com agrotóxicos, entre outros. Aprendem, principalmente, que a cidade depende do campo e vice-versa. O principal objetivo deste projeto é valorizar o campo e incentivar a permanência no mesmo.

A metodologia utilizada pela escola é embasada nos PCN's – Parâmetros Curriculares Nacionais, Guia do alfabetizador, cadernos do CEALE - Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita e Pró-letramento. A participação do ponto de vista metodológico é condizente com a visão de uma sociedade onde exista justiça social, com esforços para que todos se expressem livremente.

Sabe-se que a aprendizagem é consequência dessas ações, das relações de afeto e auto-estima e do reconhecimento e apoio da família. Sabe-se também, que o rendimento escolar cresce e se consolida à medida que os programas adotados pela Secretaria Municipal de Educação mostram-se eficientes. São fundamentais todas as áreas desencadeadas no âmbito escolar, mas quando o sujeito é o foco, as ações se justificam de forma irrefutável.

CURRÍCULO

Ajudar o sujeito a construir conhecimentos, implica movimentos de relações recíprocas entre o aluno e o universo a ser conhecido. Este universo ou conjunto de conhecimentos, ou seja, o currículo, sofre adaptações, pois de acordo com a LDB - Lei de Diretrizes e Bases, os Parâmetros Curriculares Nacionais sugerem um currículo formal, ele é e pode ser reorganizado para adequar-se à realidade da escola. Cada instituição deve adequá-lo às necessidades dos alunos, às opções dos professores, à distribuição das disciplinas no quadro curricular, à divisão do tempo, aos materiais e aos recursos disponíveis. As práticas, situações e vivências que ocorrem na escola também influenciam e fazem parte do currículo e interferem na aprendizagem dos alunos.

No que se referem às mudanças curriculares, tendem a ampará-las a pedagogia crítico-social dos conteúdos e a educação popular, duas tendências pedagógicas de significativa importância no campo do currículo. Como ressalta Moreira:

Ainda que concordando com a necessidade de se teorizar a partir da situação específica da realidade educacional brasileira, bem como com a urgência de se construir uma escola de qualidade para os alunos das classes populares, as duas tendências divergiam radicalmente em relação ao conteúdo a ser ensinado nessa escola (MOREIRA, 2010 s/p.)

O currículo na Escola Municipal Antônio Fernal (Anexo A) tem exigido da equipe escolar um planejamento e uma programação de modo a conduzir, sem tropeços, à aprendizagem e conseqüentemente ao sucesso escolar. À medida que se apropria dos saberes da cultura e os transforma, o educando vai se desenvolvendo, não apenas em relação aos aspectos cognitivos/ lingüísticos, como também do ponto de vista afetivo, social e físico, ou seja, desenvolve-se enquanto sujeito de direitos, críticos e criativos, cidadãos com uma visão mais global da realidade.

Assim, os profissionais fazem o levantamento da variedade de experiências relacionadas aos conhecimentos que podem ser vivenciados ou potencializados no cotidiano desta instituição. Com base neste levantamento, planejam as atividades,

organizam tempos, espaços, materiais e metodologias de acordo com a necessidade dos educandos, de modo que possam ocorrer alterações que possibilitem a aprendizagem e o desenvolvimento dos mesmos.

A Escola Municipal Antônio Fernal, para caracterizar seu ideal educativo, norteia sua prática no sentido de motivar o professor a criar e propiciar situações de descobertas, de acordo com as diferentes faixas etárias, para que ocorram atividades curriculares prazerosas, aptas a revelar ao aluno sua própria estrutura de aprendizagem; fundamentar a análise da realidade numa perspectiva de valores que desafiem o aluno a ser reflexivo, crítico e socialmente participativo nos processos de transformação pessoal, coletiva e da natureza.

A tarefa do especialista em currículo não é buscar modos eficientes de levar os alunos a aprender o conhecimento selecionado para o currículo. É sim, considerar seriamente as intrincadas conexões entre o que se ensina nas salas de aula e as desiguais relações de poder na sociedade mais ampla. (APPLE, 1991, p. 43-44)

Nesse sentido, a questão curricular não se reduz a simples problema técnico a ser resolvido por meio de modelos. A questão curricular corresponde a um processo contínuo e complicado de organização do ambiente escolar, um ambiente simbólico, material e humano constantemente em reconstrução. Esse ambiente, “para elaborar-se, requer o técnico, o político, o estético e o ético” conforme Apple (1991).

Enfim, o principal objetivo desta instituição é expressar a sua própria identidade, onde estão presentes sua cultura permeada por valores e expectativas, suas dificuldades, seus costumes, suas tradições, condições historicamente construídas, a partir de contribuições individuais e coletivas e seu posicionamento pedagógico, desencadeador das ações educativas numa perspectiva de fazer com o que o possível e o desejável se tornem realidade.

TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

O tempo escolar é o tempo no qual o aluno vive ou passa numa instituição educativa, ou seja, é o tempo que ele passa na escola, desde que nela entra até que dela sai. O tempo escolar deve ser estabelecido de acordo com o estágio etário dos alunos e seu desenvolvimento para que possa aumentar seu rendimento de forma positiva e diminuir a fadiga e a ansiedade. Assim, o bom uso do tempo na realização de objetivos propostos, torna-se uma condição fundamental para a qualidade do ensino. Não são as horas trabalhadas que promovem diferença, mas a intensidade, a clareza e o direcionamento que é dado a estas horas.

Segundo Elias (1998, p. 12):

A complexidade da abordagem teórica do tempo deve-se ao fato de que a categoria "tempo" constitui uma forma de relação e não um fluxo objetivo: "(...) não basta fazer do tempo um objeto, tanto da sociologia como da física ou em outras palavras, como muitas vezes se faz, contrastar um tempo 'social' com um tempo 'físico'". O tempo, seja ele "físico" ou "social", não pode ser considerado em sua objetividade ou substancialidade. Ele é sem conjunto de relações entre diferentes dimensões que compõem um determinado contexto histórico.

O tempo de permanência do estudante na escola é tempo de aprendizagens intelectual, sociocultural, afetiva e ética. Esse tempo deve ser bem aproveitado e para que isso ocorra é necessário que seja bem organizado e planejado. É por meio da organização dos tempos que se evidenciam as prioridades do currículo que ali se desenvolvem.

O planejamento na Escola Municipal Antônio Fernal tem uma visão mais ampla de tempo e espaço, uma visão que ultrapassa os muros da escola e tem em vista o enriquecimento das vivências socioculturais das crianças. A escola realiza atividades extracurriculares com frequência, propõe atividades em outros locais da comunidade como parques, cinemas, museus, clubes, igrejas, cachoeiras, entre outros.

A carga horária da Escola Municipal Antônio Fernal é de oitocentas horas, distribuídas em duzentos dias letivos, (Anexo B). A escola atende somente no turno matutino e trabalha com duas modalidades de ensino, a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, que tem início às 7h25min e termina às 11h40min, incluindo o

tempo de recreio. Conta com um professor para cada ano do Ensino Fundamental e um professor que atende às crianças da Educação Infantil do 1º e 2º períodos.

As turmas têm em média vinte a vinte e cinco alunos. O tempo nesta instituição é valorizado e os educadores têm o compromisso de considerar a experiência e a faixa etária das crianças que nela são atendidas, buscando formar sujeitos autônomos e críticos. Semanalmente, os educadores se reúnem com o orientador pedagógico para planejar e refletir sobre os trabalhos a serem desenvolvidos e fazem uma avaliação do trabalho. O tempo é predeterminado, mas é bastante flexível para contemplar situações imprevistas.

Segundo Dewey, (2007, p. 1031):

A estabilidade de uma instituição organizada, rica em atividades e vivências é o que pode fazer da escola um ambiente de formação para a democracia. Nesse modelo, o espaço escolar é o centro de referência, mesmo que eventualmente algumas atividades sejam feitas fora dele. Os professores pertencem à escola, da mesma forma que os alunos. Há um corpo social, há uma instituição com identidade própria, com objetivos compartilhados e que pode se fortalecer com o tempo.

As salas de aulas são muito espaçosas e ventiladas, uma área arborizada, um parquinho, um local destinado a rodas de leitura debaixo de uma árvore e uma quadra para prática de esportes que também é utilizada para outras atividades. Nestes espaços, os professores e os alunos usam recursos pedagógicos variados como livros, mapas, jogos, gravuras entre outros, enriquecendo as aulas e as atividades de ensino-aprendizagem, tornando-as mais prazerosas e eficazes.

Os espaços de uma escola e a organização dos mesmos refletem nas crenças e no conhecimento dos sujeitos nele envolvidos, nesse sentido, deve atender às necessidades dos alunos e à diversidade do currículo da escola.

PROCESSOS DE DECISÃO

Para descentralizar a educação e democratizar a Gestão Escolar, a Constituição Brasileira e a Lei de Diretrizes e Bases - LDB 9394/96 propõem a formação de órgãos significativos nas unidades de ensino para auxiliar os educadores na tomada de decisões e no fortalecimento do coletivo. Neste processo, esses profissionais assumem a responsabilidade primeira com a construção da identidade do estabelecimento escolar e juntamente com a comunidade, organizam-se sob a forma de conselhos e participam ativamente das decisões escolares.

A maioria das escolas, hoje, conta com conselhos de classe, colegiados escolares, comissão de avaliação de desempenho individual de alunos e profissionais envolvidos. As decisões na Escola Municipal Antônio Fernal são gerenciadas pela direção, mas são tomadas no coletivo a partir de debates e grupos de trabalho apoiados em planos de ações com metas e estratégias previamente estabelecidas e estudadas.

Segundo Oliveira (2010), a Gestão Democrática implica num processo de participação coletiva. Sua efetivação na escola pressupõe instâncias colegiadas de caráter deliberativo em todos os setores escolares. O Colegiado Escolar fortalece a tomada de decisões, possibilita a realização de ações de forma participativa e democrática.

O Conselho Escolar se configura, portanto, como órgão de representação da comunidade escolar e, desse modo, visa à construção de uma cultura de participação, constituindo-se em espaço de aprendizado do jogo político e democrático e de formação político pedagógica. (DOURADO, 2006, s/p)

Nesta instituição, o colegiado é composto pelos segmentos de pais, professores e funcionários e este possui caráter consultivo e deliberativo, dessa forma não há poder centralizador, todos participam e decidem em conjunto.

O critério para escolha do gestor escolar, que também caracteriza a gestão democrática de uma instituição, é estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação - SME, com avaliação de títulos, concurso público e eleições diretas na escola. O Conselho de Classe, por sua vez, tem como objetivo acompanhar e avaliar o desempenho dos alunos e a prática docente, tendo como principais atribuições

definir a metodologia e estratégias adequadas para atingir aos objetivos propostos, selecionar conteúdos significativos, critérios de avaliação para cada turma e outros.

A Escola Municipal Antônio Fernal se preocupa com a formação global do educando em seu aspecto intelectual, moral e emocional. Assim, ela procura trabalhar com as diferenças, respeitando a individualidade do sujeito e contribuindo para a formação de indivíduos críticos e criativos preparados para o pleno exercício da cidadania.

RELAÇÕES DE TRABALHO

O principal aspecto que torna a escola realmente eficaz é o entrosamento de todos os segmentos: direção, orientação, professores, funcionários, alunos, pais e membros da comunidade. Somente quando todos têm em mente, com clareza, onde está e onde se quer chegar, é que se pode alcançar a meta principal, uma educação de qualidade baseada nos princípios da gestão democrática e participativa.

Faz-se necessário então, que as instituições de ensino tracem metas, deixem de lado a estagnação de um sistema burocrático de ensino e ofereçam formação aos diversos profissionais para que possam atuar com competência e eficiência. Devem também dispor de recursos didáticos que ofereçam suporte ao educador e que facilite o ensino aprendizagem, para que consigam a excelência pessoal e profissional dentro e fora da escola.

Sabe-se que hoje, um professor recém formado traz consigo uma bagagem de informações e conhecimentos que podem transformar a educação, mas pode também enfrentar dificuldades relacionadas à aceitação pelas famílias, gestores e pelo seu grupo de trabalho. Nesse caso, a interação representa o foco de grande atenção e valorização. Torna-se importante considerar as relações estabelecidas entre aqueles que são os principais agentes no processo educacional: o corpo docente e discente, os pais e demais participantes responsáveis pelo ato de transformar.

Sob uma ótica interpessoal, essas relações criam duas diferentes concepções de organização e gestão escolar: a autoritária, que se sustenta sobre a égide da educação tradicional e a democrático-participativa em que o facilitador encontra-se mais próximo do aluno e aberto às possibilidades educacionais. Nesse caso, há uma articulação da atividade de direção com a iniciativa e a participação das pessoas da escola e das que se relacionam com ela.

Um ponto de partida para que exista o respeito a essa diversidade na escola é aceitar que os agentes que interagem na escola tenham interesses, visões de mundo e culturas diferentes e que ninguém tem o monopólio da verdade. Daí a necessidade de negociações permanentes para que todos os envolvidos tenham ao menos parte dos seus interesses e valores contemplados no espaço escolar. Afinal

em uma escola que não aceita a opinião do grupo o que prevalece é o controle e a disciplina. De modo geral, a idéia de ordem, baseada em normas e regras, muitas vezes se torna prioritária em relação ao direito de participação e a ênfase está mais nas tarefas do que nas pessoas.

Sabe-se que as escolas se diferem substancialmente das organizações por sua natureza e objeto, mas assemelham-se, por sua composição fundamental, o capital humano. Neste enfoque, as relações interpessoais e a motivação tornam-se elementos fundamentalmente presentes no discurso organizacional da escola em estudo. Nela, as relações giram em torno de atitudes solidárias, recíprocas e de participação coletiva e todos os profissionais têm o direito de falar, opinar e participar nos processos decisórios.

Segundo Cunha (2001), o “professor e o aluno interagindo formam o cerne do processo educativo”, o que significa, em outras palavras, que a aprendizagem somente acontece quando a dinâmica das relações entre professores e alunos se consolida em uma relação justa e imparcial. A gestão da Escola Municipal Antônio Fernal considera todas essas condições nas relações de trabalho e há uma correlação de forças propiciando a construção de novas relações, com espaços abertos à reflexão coletiva que fortalecem o diálogo, a comunicação horizontal entre os diferentes segmentos envolvidos com o processo educativo e a descentralização do poder.

As relações interpessoais nada mais são que meras atividades humanas e que ocorrem permanentemente entre as pessoas na sociedade, por meio de comportamentos verbais e não-verbais, pensamentos, sentimentos, reações mentais, físicas e sociais. (MOSCOVICI, 1985 s/p)

O desenvolvimento da identidade do ser humano, como afirma Habermas (1983), pode ser analisado como um processo de aprendizagem lingüística, quando se refere à comunicação; cognitiva, quando se refere à busca dos conhecimentos necessários para a vida em sociedade e interativa, quando se refere à relação, à ação e interação com os demais. A escola é um espaço público onde acontece a interação, a convivência fora da vida privada, íntima, familiar e ao capacitar-se para a convivência participativa na escola, o educador também aprende a participar dos demais espaços sociais.

A escola como esfera pública democrática, além de capacitar educadores, pode possibilitar também a capacitação dos pais e alunos na busca de soluções para os problemas da escola, do bairro, da cidade, do estado, do país e até mesmo da vida no planeta. Afinal, a democracia é um processo de busca, de resolução permanente dos conflitos, de interesses e idéias e para que esse processo seja realmente efetivo, é preciso respeitar as diferenças. E uma escola que respeita as diferenças é uma escola que ensina a viver em uma sociedade que também é heterogênea, que enfatiza tanto as tarefas quanto as relações.

AVALIAÇÃO

A avaliação constitui um elemento central na organização da prática pedagógica, na medida em que favorece o processo de construção do conhecimento. De fato, pode-se, por meio dos procedimentos e mecanismos de avaliação, constatar, compreender e intervir nos processos de construção do conhecimento. Processual, reflexiva ou cumulativa, a avaliação concorre, entre outros aspectos, para a definição do tempo e das formas de promoção do estudante.

A avaliação se faz presente em todos os domínios da atividade humana. O “julgar”, o “comparar”, isto é, o “avaliar” faz parte de nosso cotidiano, seja através das reflexões informais que orientam as freqüentes opções do dia-a-dia ou, formalmente, através da reflexão organizada e sistemática que define a tomada de decisões. (DALBEN, 2005 s/p).

Para a efetivação dessas avaliações, o tempo deve ser considerado, tendo em vista que o resultado dos processos de aprendizagem aparece ao longo da vida. Enfim, o desempenho dos estudantes é aferido em diversos momentos durante o ano letivo e há o reconhecimento de que o tempo escolar é imprescindível para o seu amadurecimento intelectual e afetivo.

A educação brasileira tem como grande desafio no contexto da atualidade, promover a aprendizagem de todos os alunos e lhes assegurar uma trajetória de sucesso. Esta trajetória só se torna possível se a estrutura pedagógica considerar também as formas de pensar, sentir e atuar para garantir a permanência do aluno na escola. Nesta perspectiva, torna-se fundamental a constituição de um conceito de avaliação escolar que atenda às necessidades de escolarização das camadas populares, porque são elas que mais têm sofrido com o modelo de escola atual.

E se o movimento amplo da sociedade impõe um novo tipo de escola, impõe, também, a necessidade de um novo referencial para a constituição dos processos de avaliação:

Avaliar nesse novo paradigma é dinamizar oportunidades de ação- reflexão, num acompanhamento permanente do professor e este deve propiciar ao aluno em seu processo de aprendizagem, reflexões acerca do mundo, formando seres críticos libertários e participativos na construção de verdades formuladas e reformuladas. (HOFFMANN, 1993)

Questiona-se assim os processos de avaliação da aprendizagem dos alunos, centrados geralmente, no desempenho cognitivo, sem referência ao contexto do PPP – Projeto Político-Pedagógico e ainda, o sentido das avaliações escolares que têm direcionado especialmente, para o ato de aprovar ou reprovar os alunos. Em relação à redefinição das práticas de avaliação no cotidiano escolar, Esteban (2004, p. 27) assinala:

Não obstante a crítica do modelo quantitativo e a redefinição das práticas em consonância às novas perspectivas teórico-metodológicas apresentadas, a avaliação qualitativa continua sendo uma prática classificatória. Vemos, na escola, as provas únicas com questões objetivas serem substituídas por testes ou provas distribuídas ao longo de um período letivo trazendo questões mais abertas, que solicitam opiniões e reflexões dos estudantes, que propõem o estabelecimento de questões mais amplas. As questões pretendem estimular uma maior participação do sujeito que aprende na elaboração das respostas e captar o processo de aprendizagem; os exames passam a ser complementados pela observação da professora sobre o movimento dos alunos que aprendem.

Sabe-se que há diversas modalidades de avaliação que podem ser empregadas na escola, de acordo com os mais diversos objetivos como prova escrita, trabalho em grupo, auto-avaliação, avaliação e outras. Porém, a prova escrita representa ainda o principal instrumento de avaliação empregado pela maioria das escolas. Mas é preciso considerar que:

O ato de avaliar tem, basicamente, três passos: conhecer o nível de desempenho do aluno em forma de constatação da realidade. Comparar essa informação com aquilo que é considerado importante no processo educativo. (qualificação) – Tomar as decisões que possibilitem atingir os resultados esperados. (LUCKESI, 1995 s/p).

Na Escola Municipal Antônio Fernal, é realizada a avaliação diagnóstica no início do ano letivo e nessa ocasião são analisados os resultados com toda equipe de professores e supervisores na intenção de verificar quais conteúdos estão consolidados e quais os conteúdos que precisam ser reforçados. Assim, a equipe tem como ponto de partida, as especificidades encontradas e de modo especial, os alunos com baixo rendimento.

O processo de recuperação acontece ao longo do ano, programada e monitorada pela professora eventual e vice-diretora, que fazem o acompanhamento por uma pasta individual de cada aluno PIP - Projeto de Intervenção Pedagógica e no final, esse material apresenta todo desempenho do aluno, assim como as suas

principais dificuldades. O período que se concentra maior número de avaliações é ao final de cada bimestre.

Conforme Brasil (s.d, p. 41), cabe ao gestor, garantir a Progressão Continuada e o tempo destinado ao Ciclo de alfabetização, novas oportunidades de aprendizagem, como os estudos orientados ao longo do processo, estudos orientados presenciais e estudos independentes realizados no período de férias para fazer valer o cumprimento da resolução SEE/MG nº 521/2004 que orienta o processo de avaliação.

Para avaliar a Educação Básica Brasileira, foram criados outros tipos de avaliação que permitem avaliar a realidade de cada escola, de cada município ou estado, tal como acontece na cidade de Oliveira/MG, em especial na Escola Municipal Antônio Fernal, cujo PPP - Projeto Político-Pedagógico encontra-se em processo de elaboração juntamente com toda comunidade. O IDEB da Escola Municipal “Antônio Fernal” era de 551% em 2006 e cresceu para 632,8% em 2009.

Os resultados têm se apresentado dentro dos parâmetros e mostra o envolvimento de todos pela melhoria na qualidade do ensino, porém, todos os envolvidos têm consciência da necessidade de buscar melhorias e tal processo, começa com a avaliação da própria instituição escolar e com a postura de seus profissionais.

Para Caldeira (1997), a avaliação não é tudo, nem na escola nem fora dela. E se o frenesi avaliativo se apoderar para absorver e destruir práticas, paralisar a imaginação, desencorajar o desejo, então a patologia estará presente e a falta de perspectivas, também. Segundo o autor, o conceito de avaliar para qualificar exige que a questão metodológica da avaliação seja tratada com pluralidade e maior flexibilidade, a fim de contemplar as diferenças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Escola hoje, além do compromisso com um ensino de qualidade, tem também o compromisso com a formação de cidadãos críticos, criativos e responsáveis, que possam buscar e encontrar soluções para os seus problemas e para sua realização como pessoa a partir de suas próprias possibilidades. A escola, enquanto instituição dotada de especificidades tem como principal objetivo a formação de sujeitos, deve, portanto ter a sua gestão pautada na democracia e na solidariedade, sem perder de vista que sua administração é dotada de um caráter eminentemente político e pedagógico.

A gestão democrática é um instrumento de grande importância para as escolas, no sentido de fortalecer a autonomia e promover uma maior participação popular na discussão e tomada de decisões que afetam não somente a comunidade escolar, mas a própria sociedade da qual faz parte. Uma escola cada vez mais democrática, com a participação de toda a comunidade escolar representa o principal anseio daqueles que se preocupam com uma educação de qualidade.

Considerando tais propósitos, através de sua gestão democrática e participativa, a Escola Municipal Antônio Fernal reelaborou seu Projeto Político-Pedagógico coletivamente, com a participação efetiva de toda a comunidade escolar e acredita na possibilidade de sua implementação. Neste sentido, continua contribuindo para o pleno desenvolvimento dos alunos, para a formação dos mesmos como indivíduos críticos, criativos e participativos, capazes de transformar a sociedade na qual estão inseridos. Enfim, este documento cumpre sua finalidade social, que é de resgatar a credibilidade do ensino enfatizando a participação coletiva na tomada de decisões para o bem comum.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPLE, Michael. **Ideologia e Currículo**. São Paulo. Editora Brasiliense. 1991. Página 43-44.

AZEVEDO, Janete Maria Lins de, **O projeto político - pedagógico no contexto da gestão escolar**. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 17/08/2010.

BRASIL, Guia do Diretor Escolar – SEE - **Secretaria do Estado de Educação de Minas Gerais. Instrumento Didático destinado a orientação e suporte do trabalho do diretor**.

BRASIL, **Guia do Diretor Escolar – SEE – Secretaria do Estado de Educação de Minas Gerais. Instrumento didático destinado a orientação e suporte do trabalho do diretor**, 2004.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, de 20 de dezembro de 1996. Lei n. 9.394/1996. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/legis/default.shtm>. Acesso em: 25/06/10.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais / Secretaria de Educação Fundamental**, Brasília: MEC/SEE, 1997.

CALDEIRA, Anna M. Salgueiro. **Avaliação e processo de ensino aprendizagem**. Presença Pedagógica, Belo Horizonte, V.3, p. 53- 61, set/out. 1997.

CAVALIERE, Ana Maria. **Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública. Educação & Sociedade**, vol.28, nº 100- Especial, p. 1015-1035, out. 2007- Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/UFMG>- Acesso em 22/08/2010.

CUNHA, M.I. da. **O Bom Professor e sua Prática**. 12. ed. Campinas: Papyrus, 2001.

DALBEN, Ângela I. L. de Freitas. **Avaliação Escolar. Presença Pedagógica**, B.H., v.11, n.64, Jul./ago. 2005.

DEWEY, Johon. **Currículo sem Fronteiras**, Cortêz Editora, São Paulo 2007. Página 12.

DOURADO, Luiz Fernandes. Conselho Escolar e o financiamento da educação no Brasil. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Programa Nacional de Fortalecimento dos conselhos escolares. Brasília, 2006.

ELIAS. N. **Sobre o Tempo**. Rio de Janeiro. Editora Jorge Zahar, 1998.

ESCOLA DE GESTORES – MEC.. **Território e Lugar**: espaços da complexidade. Disponível em:<http://moodle3.mec.gov.br/UFMG>. Acesso em 15/07/2010.

ESTEBAN, Maria Tereza. **Pedagogia de Projetos**: entrelaçando o ensinar, o aprender e o avaliar à democratização do cotidiano escolar. In SILVA, J. F. 2004.

HABERMAS. Jürgen. **Para a reconstrução do materialismo histórico**. São Paulo, Brasiliense, 1983.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação mito e desafio**: uma perspectiva construtivista. 29ª Ed. Porto Alegre, 1993.

HOFFMAN, J. ESTEBAN, M.T. (orgs) **Práticas avaliativas e aprendizagens significativas**: em diferentes áreas do currículo. 3.ed. Porto Alegre: mediação, 2004. p.81-92.

KALOUSTIAN, Sílvia; MASAGÃO, Vera. **Indicadores da qualidade na educação** – Versão adaptada para o programa Escola de Gestores da Educação Básica – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005. 60 p.

LUCKESI, Cipriano G. **Avaliação da aprendizagem escolar**: SP. Cortez, 1995.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **O campo do Currículo no Brasil**: Os anos noventa. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/UFMG>. Acesso em 22/08/2010.

_____. **Propostas curriculares alternativas**: limites e avanços - 2010. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/UFMG>. Acesso em: 15/07/2010.

MOSCOVICI, F. **Desenvolvimento Interpessoal**. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1985.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Escola** – disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em: 17/08/2010.

_____. **Gestão Escolar democrática: Definições, princípios, mecanismos e sua implementação** – disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 17/08/2010.

ANEXOS

ANEXO A (Grade Curricular)

PLANO CURRICULAR					
EDUCAÇÃO INFANTIL					
ESCOLA MUNICIPAL "ANTÔNIO FERNAL"		MUNICÍPIO: OLIVEIRA - MG		ANO: 2010	
EIXOS DE TRABALHO		1º Período		2º Período	
		AS	CHA	AS	CHA
FORMAÇÃO PESSOAL E SOCIAL/ CONHECIMENTO DE MUNDO	Identidade e autonomia	02	64:00	02	64:00
	Movimento	04	128:00	04	128:00
	Música	02	64:00	02	64:00
	Artes Visuais	02	64:00	02	64:00
	Linguagem Oral e Escrita	05	160:00	05	160:00
	Natureza e Sociedade	03	96:00	03	96:00
	Matemática	05	160:00	05	160:00
	Sub-total	23	736:00	23	736:00
	Recreio	-	64:00	-	64:00
	Total	23	800:00	23	800:00

SRE - DIVINÓPOLIS
CONFERIDO
26/04/10
Assinatura MASP

INDICADORES FIXOS					
Dias letivos anuais	Semanas letivas anuais	Carga horária anual	Duração do turno	Duração do recreio	Módulo aula
200	40	800:00 horas	4:00 horas	0:30 minutos	0:48 minutos

LEGENDA	
AS: Aulas Semanais	CHA: Carga Horária Anual


Observações:

- Lei 9.795/99 - A Educação Ambiental será integrada a todos os eixos de trabalho.


Lilian Estefânia Silva Silveira
Diretora
Autorização 12ª SRE - Nº 005612
Escola Municipal "Antônio Fernal"


Prof. Juliana Anchi
Diretora de Ensino


Secretária Municipal de Educação
Andréia Pereira da Silva
Secretária Municipal de Educação


Tânia Elizabeth
Guimarães Mendonça
MASP: 233.147-8
ANE-1E
26/04/10

PLANO CURRICULAR											
ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS											
ESCOLA MUNICIPAL "ANTÔNIO FERNAL"		MUNICÍPIO: OLIVEIRA - MG				ANO: 2010					
Componentes Curriculares		1º Ano		2º ano		3º Ano		4º Ano		5º Ano	
		AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA
BASE NACIONAL COMUM	Língua Portuguesa	05	160:00	05	160:00	05	160:00	05	160:00	05	160:00
	Matemática	05	160:00	05	160:00	05	160:00	05	160:00	05	160:00
	História	03	96:00	03	96:00	03	96:00	03	96:00	03	96:00
	Geografia	03	96:00	03	96:00	03	96:00	03	96:00	03	96:00
	Ciências	03	96:00	03	96:00	03	96:00	03	96:00	03	96:00
	Educação Física	02	64:00	02	64:00	02	64:00	02	64:00	02	64:00
	Artes	01	32:00	01	32:00	01	32:00	01	32:00	01	32:00
	Educação Religiosa	01	32:00	01	32:00	01	32:00	01	32:00	01	32:00
Sub total da Base Nacional Comum	23	736:00	23	736:00	23	736:00	23	736:00	23	736:00	
PARTE DIVERSIFICADA	Ética e cidadania	02	64:00	02	64:00	02	64:00	-	-	-	-
	Teatro	-	-	-	-	-	-	02	64:00	-	-
	Educação Fiscal	-	-	-	-	-	-	-	-	02	64:00
Sub total da Parte Diversificada	02	64:00	02	64:00	02	64:00	02	64:00	02	64:00	
Total	25	800:00	25	800:00	25	800:00	25	800:00	25	800:00	

INDICADORES FIXOS					
Módulo-aula	Duração do recreio:	Duração do turno:	Nº de dias letivos anuais	Nº de semanas letivas anuais	Carga horária anual
48 minutos	15 minutos	4:15	200	40	800:00

LEGENDA	
AS: Aulas Semanais	CHA: Carga Horária Anual


Observações:

- Lei 12.493/07 - Orientação Sexual integrada ao conteúdo de Ciências;
- Lei 12.767/08 - Estudos sobre Direitos Humanos permeiam todos os conteúdos;
- Lei 9.795/99 - Educação Ambiental integrada aos conteúdos de Geografia e Ciências;
- Lei 13.411/99 - Estudos sobre dependência química e consequências do uso de drogas permeiam todos os conteúdos;
- Lei 11.645/08 e Res. SEE nº 1159/08 - História e Cultura Afro-Brasileira e dos povos indígenas permeiam todos os conteúdos, em especial Arte, História e Língua Portuguesa;
- Lei 11.525/07 e Res. SEE 1307/09 - Os conteúdos referentes ao Direito das Crianças e Adolescentes serão ministrados em todo o currículo escolar, em especial em Língua Portuguesa, Geografia e História;
- Lei 14.386/02 - O instante Cívico que compreende o hasteamento solene das bandeiras Nacional e Estadual e a execução do Hino Nacional e do Hino à Bandeira, acontecerá no último dia útil de cada semana, durante todo o ano letivo.


Lilian Estefânia Silva Silveira
Diretora
Autorização 12ª SRE - Nº 005612
Escola Municipal "Antônio Fernal"


Prof. Juliana Anchi
Diretora de Ensino


Secretária Municipal de Educação
Brígida Pereira da Silva
Secretária Municipal de Educação


Tânia Elizabeth
Guimarães Mendonça
MASP: 233.147-8
ANE-1E
26/04/10

SRE - DIVINÓPOLIS
CONFERIDO
26/04/10
Assinatura MASP

ANEXO B (Calendário Escolar 2010)

Calendário 2010 E. M. "Antônio Fernal"													
JANEIRO 0 dias letivos D S T Q Q S S 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31				FEVEREIRO 15 dias letivos D S T Q Q S S 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28				MARÇO 24 dias letivos D S T Q Q S S 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31					
01-Feriado (Conf. Universal) 02 a 31 Férias Escolares				01-Início do Ano Letivo 15-Recesso Escolar, Comum 20-Feriado de Carnaval 27-Recesso E. Comum 28 e 29 Planejamento				06-Sábado Letivo (família na escola) 15-Recesso Escolar, Comum 17-Recesso E. Comum					
ABRIL 20 dias letivos D S T Q Q S S 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30				MAIO 19 dias letivos D S T Q Q S S 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31				JUNHO 19 dias letivos D S T Q Q S S 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30					
01-Recesso Escolar Comum 02-Feriado (Paixão de Cristo) 04-Feriado (Páscoa) 21-Feriado (Tiradentes) Let. Pagado 23/06/2010 23-Cons.de Classe Extra-turno				01-Feriado (Dia do Trabalho) 13 e 14-Seminário				03-Feriado (Corpus Christy) 04-Recesso Escolar Comum - Let. Pagado 24/06/2010 05-Sábado Letivo (Festa Junin) 23, 24 e 25- Recesso E. Comum 30-Cons. De Classe Extra-turno					
JULHO 12 dias letivos D S T Q Q S S 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31				AGOSTO 22 dias letivos D S T Q Q S S 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31				SETEMBRO 23 dias letivos D S T Q Q S S 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30					
15-Término do 1º sem. Letivo 18 a 31 Recesso Escolar Comum				02-Início do 2º semestre 15-Feriado (N. S. Oliveira)				07-Feriado (Ind. Do Brasil) Letivo 18-Feriado (Aniv. da Cidade) Letivo 30- Cons. de Classe Extra-turno					
OUTUBRO 16 letivos D S T Q Q S S 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31				NOVEMBRO 20 dias letivos D S T Q Q S S 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30				DEZEMBRO 10 dias letivos D S T Q Q S S 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31					
11- Recesso Escolar Comum 12-Feriado (N. S. Aparecida) 13 a 15 - Recesso Escolar Comum				01- Recesso Escolar Comum 02-Feriado (Finados) 09 a 12 Mostra Cultural/ Letivo 15-Feriado (Procl. da Rep.) Let. Pagado 25/06/10 30-Conclência Negra 30- Cons. de Classe Extra-turno				08-Feriado (Assunc. Nossa Senhora) 15-Término do Ano Letivo 16 e 17-Estudos Orientados 17-Término do Ano Escolar 18 a 31-Recesso Escolar Comum 25-Feriado (Natal)					

Secretaria Municipal de Educação
Detalhamento do Calendário da Rede Municipal de Ensino
Ano 2010

1º Bimestre: 59 dias letivos

Fevereiro: 1,2,3,4,5,8,9,10,11,12,22,23,24,25,26 (15 dias letivos)
Março: 1,2,3,4,5,6,8,9,10,11,12,15,16,17,18,19,22,23,24,25,26,29,30,31 (24 dias letivos)
Abril: 5,6,7,8,9,12,13,14,15,16,19,20,21,22,23,26,27,28,29,30 (20 dias letivos)
Carga horária total do bimestre: 59 x 240 = 60 = 236:00h

2º Bimestre: 50 dias letivos

Maió: 3,4,5,6,7,10,11,12,17,18,19,20,21,24,25,26,27,28,31 (19 dias letivos)
Junho: 1,2,4,5,7,8,9,10,11,14,15,16,17,18,21,22,28,29,30 (19 dias letivos)
Julho: 1,2,5,6,7,8,9,12,13,14,15,16 (12 dias letivos)
Carga horária total do bimestre: 50 x 240 = 60 = 200:00h

3º Bimestre: 45 dias letivos

Agosto: 2,3,4,5,6,9,10,11,12,13,16,17,18,19,20,23,24,25,26,27,30,31 (22 dias letivos)
Setembro: 1,2,3,6,7,8,9,10,13,14,15,16,17,18,20,21,22,23,24,27,28,29,30 (23 dias letivos)
Carga horária total do bimestre: 45 x 240 = 60 = 180:00h

4º Bimestre: 46 dias letivos

Outubro: 1,4,5,6,7,8,18,19,20,21,22,25,26,27,28,29 (16 dias letivos)
Novembro: 3,4,5,8,9,10,11,12,15,16,17,18,19,22,23,24,25,26,29,30 (20 dias letivos)
Dezembro: 1,2,3,6,7,9,10,13,14,15 (10 dias letivos)
Carga horária total do bimestre: 46 x 240 = 60 = 184:00h

Total dos dias letivos: 200

Carga horária anual: 200 x 240 = 60 = 800:00h

Juliane Arrich
 Juliane Arrich
 Diretora de Ensino

André Pereira da Silva
 André Pereira da Silva
 Secretária M. da Educação

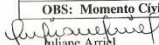
Maria do Patrimônio Vaz
 Maria do Patrimônio Vaz
 Inspectora Escolar


Tânia Elisabeth Eugliomelli Mendonça
 Tânia Elisabeth Eugliomelli Mendonça
 Inspectora Escolar
 15.06.2010

William Estefânia Silva Silveira
 William Estefânia Silva Silveira
 Diretora
 Autorização 12ª SRE - Nº 005812
 Escola Municipal "Antônio Fernal"

Secretaria Municipal de Educação Detalhamento do Calendário da Rede Municipal de Ensino Ano 2010	
Janeiro (0 dias letivos) 01- Feriado (Confraternização Universal) 02 a 31- Férias Escolares	Julho (12 dias letivos) 16-Término do 1º Semestre Letivo 18 a 31- Recesso Escolar Comum
Fevereiro (15 dias letivos) 01- Início do Ano Letivo 15- Recesso Escolar Comum 16- Feriado (Carnaval) 17- Recesso Escolar comum 18 e 19- Planejamento	Agosto (22 dias letivos) 02- Início do 2º Semestre 15- Feriado (Nossa Senhora de Oliveira)
Março (24 dias letivos) 06- Sábado Letivo (família na escola)	Setembro (23 dias letivos) 07- Feriado (Independência do Brasil) - Letivo 18- Feriado (Aniversário da Cidade) - Letivo 30- Conselho de Classe Extra-turmo
Abril (20 dias letivos) 01- Recesso Escolar Comum 02- Feriado (Paixão de Cristo) 04- Feriado (Páscoa) 21- Feriado (Tiradentes) – Letivo pagando 23/06/2010 23- Conselho de Classe Extra-turmo	Outubro (16 dias letivos) 11- Recesso Escolar Comum 12- Feriado (Nossa Senhora Aparecida) 13 a 15- Recesso Escolar Comum
Maió (19 dias letivos) 01- Feriado (Dia do Trabalho) 13 e 14- Seminário	Novembro (20 dias letivos) 01- Recesso Escolar Comum 02- Feriado (Finados) 09 a 12- Mostra Cultural / Letivo 15- Feriado (Proclamação da República) – Letivo pagando dia 25/06/2010 20- Dia da Consciência Negra 30- Conselho de Classe Extra-turmo
Junho (19 dias letivos) 03- Feriado de (Corpus Christy) 04- Recesso Escolar Comum- Letivo pagando 24/06/2010 05- Sábado Letivo (festa Junina) 23, 24 e 25- Recesso Escolar Comum 30- Conselho de Classe Extra-turmo	Dezembro (10 dias letivos) 08- Feriado (Assunção de Nossa Senhora) 15- Término do Ano Letivo 16 e 17- Estudos Orientados 17- Término do Ano Escolar 25-Feriado (Natal) 18 a 31- Recesso Escolar Comum

OBS: Momento Cívico no último dia letivo de cada semana.


Juliane Arribel
Diretora de Ensino


Andréa Pereira da Silva
Secretária M. da Educação


Maria de Fátima Vaz
Inspetora Escolar


Tânia Elisabeth Gugliemelli Mendonça
Inspetora Escolar


William Estefania Silva Silveira
Diretora
Autorização 12ª SRE - Nº 005812
Escola Municipal "Antônio Fernal"